



ESPECIAL

AS “PEDRAS” DE BLUTEAU E O PATRIMÔNIO PAISAGÍSTICO

ROSELINE VANESSA SANTOS OLIVEIRA

Doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia/Universidade do Algarve (Portugal), Professora Associada da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAU-UFAL).
E-mail: roselineoliveira@gmail.com

A paisagem muda. As mudanças podem ser bruscas, sutis, lentas, invisíveis, por obra do homem, do tempo ou da natureza. Um ato bruto nas preexistências talvez seja mais facilmente identificável, mas há alterações e continuidades que se camuflam na dinâmica cotidiana ou na dispersão urbana que a contemporaneidade insiste em provocar. Nesses dois últimos casos, reconhecê-las requer vontade e preparo. O tempo, contudo, é capaz de denunciar essas nuances perceptivas, como sugere a historiografia que tem apontado para o incremento da forma de pensar a permanência, o resquício e seus valores. A reflexão acerca dessa literatura e de determinadas situações urbanas motivou a elaboração deste artigo que versa sobre maneiras de conteúdos paisagísticos resistirem à força da mudança, seja evitando-a, unindo-se a ela ou, contraditoriamente, mantendo-se à margem do olhar preservacionista.

Palavras-chave: Paisagem. Patrimônio. Preservação e resistência.

INTRODUÇÃO

“Resistência: razão de opor uma força a outra”
(Bluteau, 1728).

Em 1728 Raphael Bluteau define a palavra resistência como sendo uma qualidade dos corpos sólidos. Pedra e bronze são citados em seu dicionário. Conceitua-a também como sendo

um ato de se opor ao poder das leis humanas¹. O entendimento contemporâneo do termo parece não estar tão distante das definições setecentistas do lexicógrafo, apesar da etimologia comprovar a propriedade das palavras de mudarem de forma e de sentido com as trocas promovidas socialmente². Reivindicações em prol dos Direitos Humanos³, as quais vêm ganhando cada vez mais notoriedade impulsionadas pela ajuda das mídias e a consequente ampliação das possibilidades de seu acesso, podem ser citadas como um exemplo de resistência ao que se impõe, motivada pelo desejo de transformação. Se deslocarmos a aplicação do termo para o âmbito das discussões acerca da preservação do patrimônio paisagístico, o argumento se inverte, pois a resistência, nesse caso, é no sentido de permanecer, especialmente tentando evitar mudanças traumáticas ocorridas brusca e inesperadamente, como aquelas causadas por tsunamis, incêndios e demolições.

Nessa perspectiva, hoje, o que seriam essas “pedras” na paisagem? Entre gestos humanos e urbanos, o que resiste ao tempo se opõe à mudança e luta contra a “justiça”? Se é possível, como compatibilizar a inevitável dinâmica paisagística e a necessidade de preservá-la?

DESENVOLVIMENTO

Talvez essas perguntas não sejam assim tão intrigantes se pensarmos na composição da arquitetura e na sua capacidade de se manter existindo, como aquelas de idade milenar que chegaram até aqui vencendo o tempo - esse ciclo naturalmente infinito o qual, há quase duzentos anos, o crítico de arte inglês John Ruskin indicou justamente como sendo a razão de ser de sua morte e de sua beleza⁴.

Ações legais certamente participaram da construção dessa resistência da paisagem, elegendo o que deveria ou não ser preservado, atuando na sua manutenção física e fiscalizando suas reapropriações⁵. Obviamente, esse

¹BLUTEAU, 1728, p. 283 e 284.

²MEILLET (1906), 2016.

³“Os direitos humanos são direitos inerentes a todos os seres humanos, independentemente de raça, sexo, nacionalidade, etnia, idioma, religião ou qualquer outra condição. (...) incluem o direito à vida e à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho e à educação, entre e muitos outros. Todos merecem estes direitos, sem discriminação” (In: <https://nacoesunidas.org/direitoshumanos/>, acesso em 22.04.2019).

⁴Em 1849, o crítico de arte inglês John Ruskin publicou seu livro intitulado *A lâmpada da memória*, onde o estado de ruína da arquitetura é tratado com vigor por se contrapor às ações restaurativas as quais, segundo o autor, interrompe o processo natural da história que garante a autenticidade do edifício, atribuindo-lhe, por extensão, a beleza conferida pelas marcas do tempo (a pátina).

⁵CHUVA, 2009.

processo de escolha, assim como as práticas de conservação e intervenção, são vítimas de uma forma de pensar que não é fixa. A história do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) denuncia o contínuo incremento da compreensão do termo *patrimônio*, passando a considerar aspectos subjetivos, afetivos e particularizados que resultaram na ampliação de abordagem do objeto arquitetônico ao sítio natural, das referências excepcionais a cotidianas, de tombamentos a inventários de referências culturais⁶. Tem-se lutado, portanto, para conseguir ponderar desde situações essencialmente resistentes, como os sítios de memória de longa duração abraçados pelo turismo (mesmo sofrendo as ameaças de suas pressões); os que estão resistindo, como centros históricos comerciais; até aqueles que vislumbram sua morte, como velhos saberes e ofícios que já não atraem as novas gerações para garantir a sua continuidade.

No entanto, por mais que o olhar sobre o legado se amplie e se sensibilize, reconhecê-lo não é tarefa fácil. Quando se elege algo enquanto patrimônio, outros são, inevitavelmente, invisibilizados. É comum o reconhecimento do edifício se impor ao do desenho urbano, por exemplo, mesmo que expressões como “A Ladeira da Misericórdia” em Olinda-PE, “cidade baixa e cidade alta” em Salvador-BA, “vai subir ou vai descer” em Maceió-AL, tão presentes no vocabulário das cidades, comprovem a potência identitária de suas morfologias.

Então, pode-se entender que a ideia de constância que a trama de construções e caminhos remete à paisagem aproxima-se do sentido da propriedade dos sólidos definida por Bluteau, mesmo que o poder de representação da arquitetura, que a ela garante onipresença, vá fazendo com que o rastro do movimento de se deslocar seja menos valorizado, como demonstram velhos e novos mapas (Figura 1).

Obviamente, a potente ideia de arquitetura enquanto referência dá certas garantias de sua manutenção. Os templos religiosos, por exemplo, em seus mais variados tipos, são historicamente resistentes à mudanças graças, em primeira instância, à força que o sagrado tem. Tal estabilidade talvez derive menos de sua face física e mais de sua localização geográfica, promovendo a continuidade da arquitetura mesmo que essa absorva roupagens estéticas cronologicamente e geograficamente contextualizadas ao longo do tempo. Então, o lote, aquela discreta marcação de terreno, o vazio preenchido, justificaria a qualidade de resistência arquitetônica enquanto referência paisagística. A Arquitetura muda, mas ela fica (Figura 2).

Ao sentido estético e à locação no sítio como aspectos da arquitetura enquanto marco de resistência, pode-se também somar a toponímia. Desde as *Grand Tours* oitocentistas, quando as viagens eram consideradas didaticamente formadoras da erudição, e que foram se resignificando com a dinâmica do turismo, a arquitetura tem sido objeto de desejo

Figura 1: Mapa físico de Olinda-PE intitulado “Monumentos e Curiosidades”, de 1945, e mapa digital na instância do Ciberespaço, marcando, em 2018, a solicitação do usuário da direção e do tempo que um pedestre levaria o trajeto entre o convento franciscano e a igreja matriz da cidade - dois pontos expressivos do seu circuito turístico.
Fonte: Arquivo Nacional do Exército (RJ) e Google Maps (acesso em 31.01.2018).



⁶ Houve aplicação do Inventário de Referências Culturais em Alagoas enquanto objeto pioneiro, tratado como projeto piloto, onde o recorte abordou todo território do Estado. O trabalho ficou a cargo de três grupos de pesquisa da Universidade Federal de Alagoas intitulados Estudos da Paisagem, Nordestanças e Representações do Lugar, liderados pelas professoras Maria Angélica da Silva, Juliana Michaello e Josemary Ferrare, respectivamente, todos da Base Lattes do CNPq. O projeto foi financiado pelo IPHAN e pela SECULT-AL (Secretaria de Estado da Cultura de Alagoas) e foi executado entre janeiro de 2016 e agosto de 2017.



reconhecida por sua face, seu nome, ou pelo nome de seu lugar. Contudo, há casos em que ela consegue dividir seu pedestal. Para um peregrino, a ideia de “chegar” monumentaliza o destino, mesmo assumindo o percurso do caminhar como importante movimento que dá sentido à experiência⁷. Para quem vai à cidade desenhada de Brasília-DF, Patrimônio Cultural da Humanidade desde 1972, o que geralmente se procura é por seu conjunto edificado imponentemente locado numa avenida de 16km de extensão, mas seu próprio arranjo viário, também é tomado como parâmetro identitário, mesmo que por ele não se caminhe, inspirando inclusive a composição de *souvenirs*⁸ (Figura 3).

De qualquer forma, sejam inseridas na dinâmica cotidiana do habitante e/ou do visitante,

referências urbanas têm lutado injustamente pelo seu direito de existir. Dizemos injustamente porque o patrimônio oficialmente reconhecido como herança coletiva está sob a responsabilidade de alguém ou de alguma instituição, e, portanto, possuem donos, cujos intuítos preservacionistas em relação ao Bem tendem a, por diversos motivos, tolerar seus dilaceramentos. Preservar a arquitetura, fazê-la resistir, significa encarar uma série de interesses dentre os quais os da propriedade particular, pois, o sugestivo engessamento promovido pelo tombamento ou qualquer situação que a coloque no estatuto de herança coletiva é comumente visto como uma condição bastante ingrata diante dos olhos de quem é seu proprietário por direito⁹. Mesmo que reconheçam o valor do patrimônio e de seu compartilhamento, por vezes, não vêm

Figura 2: Imagens da Igreja da Sé de Olinda-PE, expostas em seu interior, documentando as configurações de suas fachadas durante o século XX até a sua feição atual resultante de obras de restauração em 1974.

Fonte: Roseline Oliveira e www.arquidioceseeolindarecife.org (acesso em 22.04.2019).

⁷ Como exemplo pode-se citar o Caminho de Santiago de Compostela, cujo percurso tem pontos de partidas em vários países, mas o destino é a catedral de origem medieval da cidade espanhola de mesmo nome.

⁸ BEHR, 2014.

⁹ “No dia 7 de março de 2005, foi demolida uma edificação que ficava no bairro da Pajuçara, conhecida por “casa rosada”. Ela chamava a atenção da população e de turistas por sua beleza arquitetônica em estilo neocolonial e mesmo em processo de tombamento estadual e da mobilização popular ela foi destruída. Esta lamentável ocorrência foi o ponto de partida para a criação das Unidades Especiais de Preservação (UEP), pois foi quando emergiu a fragilidade do patrimônio edificado do município segundo o qual, até aquele momento, não contava com nenhum instrumento de proteção a edificações isoladas” (In: <http://arquiteturaalagoana.al.org.br>, acesso em 22.04.2019).

Figura 3: Camisetas *Skyline* e *Pega o eixão*, vendidas na loja BSB Memo "que surgiu da vontade de compartilhar nosso sentimento afetivo e de gratidão pelas qualidades da cidade projetada por Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, e tantos outros que construíram o espaço e a imagem do que chamamos de Brasília".

Fonte: Arquivo Nacional do Exército (RJ) e Google Maps (acesso em 31.01.2018).



outra alternativa a não ser a de ceder uma parte dele para, contraditoriamente, ajudá-lo a sobreviver¹⁰ (Figura 4).

Figura 4: Marcação dos velhos e novos limites da cerca do Convento Franciscano de Santa Maria Madalena, na cidade de Marechal Deodoro-AL.

Fonte: ALVES, 2017, p. 160.



Se por um lado a persistência da arquitetura parece não depender meramente de sua força de vontade, por outro os mais diversificados usos que lhe são dados já sugerem a potência de sua casca, mesmo que seus sig-

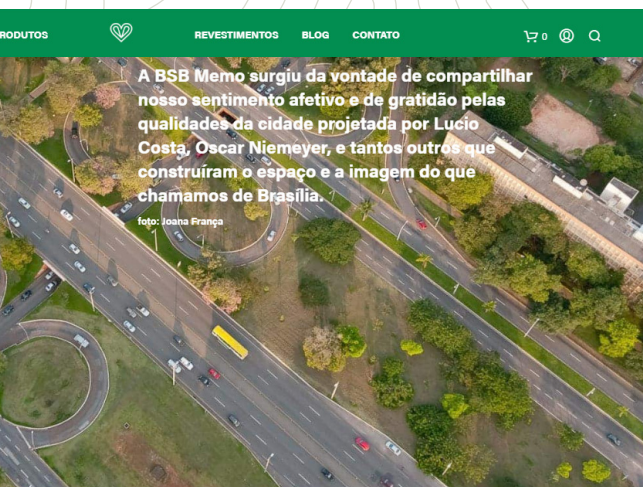
nificados espaciais sejam completamente desconsiderados, a exemplo do conjunto edificado do Centro Histórico do Pelourinho em Salvador, com suas velhas casas nas quais lhe foram enxertadas lojas e restaurantes – um Patrimônio da Humanidade de fachada... Mas, se alguns veem com pesar essa forma expositiva de preservar o patrimônio, outros comemoram a possibilidade de novos usos provocarem o retorno da arquitetura ao afeto da comunidade, mesmo que inusitados e descolados do tipo arquitetônico do Bem (Figura 5). De uma forma ou de outra, a arquitetura, assim resiste.

"Se", "contudo", "no entanto", "por um lado", "mas" - essas palavras que insistiram em compor os argumentos deste texto denunciam a complexa situação do patrimônio paisagístico enquanto questão, sugerindo que a lei, a ética e o tempo, os quais se colocam como cúmplices na luta pela resistência, não dão garantias de sua permanência. A fumaça do Museu Nacional do Rio de Janeiro e da Catedral de Notre Dame em Paris, que marcou o céu em 2018 e 2019, respectivamente, documenta o poder da imprevisibilidade¹¹ e, por extensão, a vulnerabilidade preservacionista.

Se danos irreversíveis podem ser obra do acaso, outros são assumidamente propositais, mesmo que para muitos sejam, inimagináveis. O edifício do Alagoas Iate Clube, mais popularmente conhecido como Alagoinha,

¹⁰ Como é o caso dos inúmeros complexos conventuais, tombados, cujos generosos recintos, favoráveis à adaptação, são transformados em hotéis de luxo, e suas cercas (área não edificada do programa arquitetônico do convento), desmerecidas, cedidas ou edificadas como se nada tivessem a dizer. O seminarista Gabriel Barbosa, atualmente morador do Convento de Santo Antônio, na cidade de Igarassu-PE, relatou, em conversa ocorrida em 28.04.2019, que, devido à falta de pessoas e recursos para manter todo o complexo conventual, tem-se optado pela cessão de parte da área da cerca, cada vez mais afastada de suas funções originais. Acerca do percurso de intervenções em conventos franciscanos nordestinos, ver ALVES, 2017 e MAGALHÃES, 2018.

¹¹ TALEB, 2016.



CONCLUSÃO

"A cidade não conta o seu passado, ela o contém com as linhas das mãos, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas (...)"
(CALVINO, 1991, p.14).

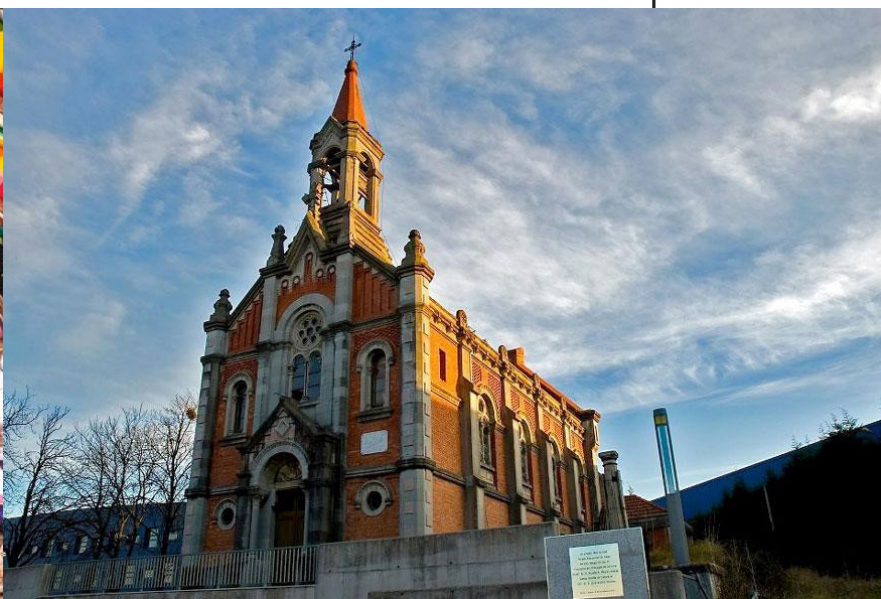
Reusos, substituições, restaurações, deslocamentos, dilaceramentos, lembranças, registros, museus... Talvez Foucault conseguisse perceber sem grandes dificuldades um sentido nesse conjunto de palavras as quais aqui representam meios através dos quais o patrimônio pode resistir, seguindo existindo mesmo depois de sua morte (física). Com sua integridade ou com seus pedaços, mutações e memórias, ele tem a potente capacidade de continuar quando pensamos num Bem como algo elástico, amplo, conectivo, não desmembrado: o edifício com seu lote, seu nome, gesto, crença, tempo, contexto, cotidiano, geografia, história e memória, que lhe remete solidez para ser continuamente ressignificado.

As causas da permanência insistir, através de diversas expressões, também são múltiplas e vão do reconhecimento oficial (tombamentos, registros e musealizações) à ignorância daquilo que espontaneamente se prolonga e discretamente resiste, como uma árvore que venceu guerras (Figura 6) ou uma rua que vence tráfegos (Figura 7).

um exemplar de referências modernistas levantado na orla marítima de Maceió, por anos conviveu com seu processo de arruinamento e agora espera uma construção outra ocupar o seu lugar. É bem provável que o novo edifício demore para conseguir apagar a memória do antigo cuja referência cotidiana há tempos não dependia da lembrança de sua fachada, e sim do seu nome de batismo. Após a construção do novo prédio, aquela ponta de terra que avança no mar continuará a ser chamada de Alagoinha. Ele passará de uma marco da paisagem para uma imagem pálida de um passado, até se transformar em um nome, uma referência de localização¹². O tempo dirá quanto tempo vai durar essa existência até virar uma lembrança salva por capítulo de livro¹³...

Figura 5: A igreja de Santa Bárbara de Illanera, em Astúrias, de 1912, foi adaptada para o uso de pista pública de skate desde 2015.

Fonte: www.revistagalileu.globo.com (acesso em 22.04.2019).



¹² Como o que aconteceu com a "antiga rodoviária" de Maceió-AL, a qual foi transferida para uma nova construção situada em outro bairro, mas permaneceu como referência toponímica da ladeira oficialmente chamada de Geraldo Melo dos Santos.

¹³ SILVA, 1991.

Figura 6: Imagem do núcleo de origem colonial do município de Igarassu-PE, (Frans Post, 1637), com a Igreja de São Cosme e Damião (1), o convento franciscano (2) e com a marcação do detalhe correspondendo a uma foto de 2017, mostrando a vegetação (pé de fruta-pão) que até hoje compõe o cenário da cidade, mas ao contrário dos edifícios supracitados, é invisível mesmo situado no núcleo que tem seu conjunto arquitetônico e paisagístico reconhecido enquanto patrimônio em nível federal desde 1972.

Fonte: FRANS POST, IN: BARLEUS (1647), 1974; e Roseline Oliveira, 2016.



Figura 7: Imagem do início dos trabalhos para a abertura da Avenida Fernandes Lima, nos anos de 1930 e da mesma nos anos 2000: um ato de Modernidade em Maceió (AL) - um sistema viário reto e extenso, conectivo e expansivo - através do qual, sem que seja percebido, a cidade alcançou o sucesso que seu conjunto edificado moderno não conheceu.

Fonte: Museu da Imagem e do Som de Alagoas e <https://goo.gl/fJK5NA> (acesso em 01.06.2017).

Amalgamados à rotina, essa última expressão de patrimônio está diante dos nossos olhos, mas são ignoradas pelo mero despreparo para enxergar esse tipo de resistência sem manifestações, sem grandes lutas, intervenções ou esforços, a não ser o de, sem ser notado, simplesmente existir. Talvez seja nessa situação que resida a sua força.

Portanto, na paisagem, as “pedras de Bluteau” podem representar a resistência em mudar a forma de ver o patrimônio, como também me-

taforizar as várias consistências que ele pode ter, com sua capacidade de deformação, ruptura e coesão, a depender de com que forças ele precise se opor.

REFERÊNCIAS

ALVES, N. **Patrimônio invisível: as cercas dos conventos franciscanos do Nordeste brasileiro**. 2017. (Dissertação em Dinâmicas do Espaço Habitado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2017.

BARLÉUS, G. **História dos feitos recentemente praticados durante os oito anos no Brasil (1647)**. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

BEHR, N. **Brasília-Z, cidade-palavra**. Brasília: Teixeira, 2014.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulario Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico [...] oferecido a ElRei de Portugal, D. João V / pelo Padre D. Raphael Bluteau**. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728. 8 v.

CALVINO, I. **As cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

CHUVA, M. R. R. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do pa-**

trimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940). Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas - uma arqueologia das Ciências Humanas**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

MAGALHÃES, A. C. V. **Igrejas, conventos, cemitérios**: o lugar dos mortos configurando a paisagem urbana e arquitetônica da cidade colonial Marechal Deodoro, Alagoas. 2018. (Tese em Cidades) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2018.

MEILLET, A. **Como as palavras mudam de sentido**. São Paulo: Edusp, 2016.

RUSKIN, J. **As Lâmpadas da memória (1849)**. Cotia: Ateliê Editorial, 2008.

SILVA, M. A. da. **Arquitetura moderna**: a atitude alagoana. Maceió: Sergasa, 1991.

TALEB, N. N. **O cisne negro**: o impacto do altamente improvável. 8. ed. Lisboa: Ed. Alfragide, Dom Quixote, 2016.

Submetido em: 26/04/2019.

Aprovado em: 06/06/2019.